

Política educacional assaltada: *um balanço crítico do Plano Nacional de Educação 2014-2025*

Educational policy under assault:
a critical assessment of the National Education Plan 2014–2025

Política educativa asaltada:
una revisión crítica del Plan Nacional de Educación 2014-2025

 **LEONARDO DORNELES GONÇALVES***

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS, Brasil.

 **ROSIARA MARIA FRANCISCA DA SILVA CHAVES****

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS, Brasil.

 **ANDRÉA WAHLBRINK*****

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.

RESUMO: O Plano Nacional de Educação – PNE é uma conquista social que acompanha o movimento histórico pelo direito à educação no país, permitindo que haja a análise dos problemas educacionais a serem superados em período decenal, através de um conjunto de ações políticas, econômicas e educacionais. Foi nessa perspectiva que realizamos este estudo, produzido a partir de uma abordagem qualitativa, explorando documentos e bibliografia interessada, que permitiram desenvolver um balanço crítico do atual PNE 2014-2025, analisando-o desde o contexto em que foi aprovado e estabelecendo relações com as mudanças econômicas/políticas ocorridas no Brasil pós-2013. Considerando o descumprimento praticamente integral das metas do plano como expressão da instabilidade política brasileira, oriunda da crise do capitalismo e

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professor Adjunto no Instituto de Educação na Universidade Federal do Rio Grande. *E-mail:* <dorneles05@gmail.com>.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora da Rede Municipal do Rio Grande/RS. *E-mail:* <rosiarachaves@hotmail.com>.

*** Doutora em Educação. Professora Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* <andreawahlbrink@hotmail.com>.

da fragilidade democrática, demonstramos que o setor privado encontrou aí um terreno fértil para ampliar seus negócios, promovendo um assalto à política educacional e colocando em risco o caráter público da educação para o próximo PNE.

Palavras-chave: Política Educacional. Plano Nacional de Educação. Crise do Capitalismo.

ABSTRACT: The National Education Plan – PNE represents a social achievement that accompanies the historical struggle for the right to education in Brazil, enabling the analysis of educational challenges to be addressed over a ten-year period through a set of political, economic, and educational actions. From this perspective, the present study adopts a qualitative approach based on the analysis of documents and related literature in order to develop a critical assessment of the current PNE 2014–2025. The analysis examines the context in which the plan was approved and establishes connections with the economic and political changes that have taken place in Brazil since 2013. Given the near-total failure to meet the plan's targets as an expression of Brazil's political instability, stemming from the crisis of capitalism and democratic fragility, the study demonstrates that the private sector has found fertile ground to expand its business interests, effectively placing educational policy under assault and jeopardizing the public character of education for the next PNE.

Keywords: Educational Policy. National Education Plan. Crisis of Capitalism.

RESUMEN: El Plan Nacional de Educación – PNE es un logro social que acompaña el movimiento histórico por el derecho a la educación en el país, permitiendo el análisis de los problemas educativos a ser superados en un período decenal, a través de un conjunto de acciones políticas, económicas y educativas. Fue desde esta perspectiva que realizamos este estudio, con un enfoque cualitativo, explorando documentos y bibliografía de interés, lo que nos permitió desarrollar una revisión crítica del PNE actual 2014-2025, analizándolo en el contexto en el que fue aprobado y estableciendo relaciones con los cambios económicos y políticos ocurridos en Brasil después de 2013. Considerando el incumplimiento prácticamente total de los objetivos del plan como una expresión de la inestabilidad política brasileña, derivada de la crisis del capitalismo y de

la fragilidad democrática, demostramos que el sector privado encontró allí un terreno fértil para expandir sus negocios, promoviendo un asalto a la política educativa y poniendo en peligro el carácter público de la educación para el próximo PNE.

Palabras clave: Política educativa. Plan Nacional de Educación. Crisis del capitalismo.

Introdução

O tratamento dado ao Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2025¹ ao longo da década de sua vigência demonstra o assalto promovido à política educacional brasileira, em geral como expressão do protagonismo cada vez mais amplo das instituições ligadas ao empresariado. Além disso, a tese que apresentamos para reflexão é a de que tanto a cooptação das políticas públicas pelas organizações do capital (como a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio), quanto o negligenciamento do poder público no cumprimento das metas do Plano relacionam-se diretamente com as transformações na economia política nacional e internacional e a fragilidade democrática que caracteriza o país.

Como parte de estudos exploratórios, bibliográficos e documentais, propomos um balanço crítico do PNE, tendo como chave de interpretação as alterações ocasionadas pela crise do capitalismo a partir de 2008-2009, suas ramificações políticas e sociais no cenário brasileiro, levando em conta a particularidade do país enquanto economia subordinada e dependente no contexto do capitalismo global. Especificamente sobre as metas, pincelamos alguns de seus indicadores² presentes no PAINEL de Monitoramento do PNE, com a finalidade de analisar criticamente, à luz do contexto de crise, o não cumprimento do plano em sua integralidade, configurando uma política educacional fragilizada, própria do lugar dado à educação em nosso país.

A síntese apresentada ao final enfatiza esse negligenciamento do PNE atual pelo poder público e chama a atenção para o discurso uníssono de institutos e fundações empresariais que tencionam a aprovação de um novo plano enxuto, baseado em poucas metas e estratégias, sob a ideológica alegação de facilitar seu monitoramento. A questão se complexifica quando ganham protagonismo os mercados *tecnoeducacionais*³ com seu “tecnosolucionismo” (SAURA, CANCELA & ADELL, 2022), fortemente propalados por organismos internacionais e *big edutechs*, como o caminho para a educação do futuro. Para nós, trata-se de passos largos para a privatização da educação.

A política educacional no limiar da crise do capitalismo

A crise econômica global de 2008-2009

Em linhas gerais, trata-se de uma crise caracterizada pela derrocada do sistema financeiro internacional, a partir de instituições estadunidenses, que provocou mudanças estruturais na forma de atuação do capital, radicalizando seu *modus operandi* e alterando o próprio neoliberalismo. Dessa crise podemos identificar, na esteira de Iuri Tonelo (2021), István Mészáros (2009), David Harvey (2011) e Alysson Mascaro (2013), três aspectos.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a crise colocou em suspenso os fundamentos neoliberais quanto ao papel do Estado e sua ideológica autonomia sobre as relações econômicas, fossem elas produtivas ou meramente especulativas. O debate em torno da crise nos anos de sua eclosão e posteriores, dada a injeção explícita de recursos públicos para salvar as instituições da insolvência, foi motivado pela contradição neoliberal e a evidência, mais uma vez, de um Estado que atua em prol dos negócios da burguesia e seus interesses particulares.

Para além, a crise 2008 inaugurou incisiva alteração no papel das instituições do Estado, marcadamente a exigência da implantação de políticas reformistas na linha de ajustes e austeridade em diversos países do globo, sobretudo aqueles com economias de tipo dependente, como a nossa, onde, conforme Ruy Mauro Marini (2005), intensificou-se a superexploração da força de trabalho. Disso surge uma nova fase coadunada com a negação do que Nancy Fraser (2017) denomina “neoliberalismo progressista” liderado pelo partido democrata estadunidense, isto é, a compatibilização de esquemas perversos de financeirização com ideais progressistas e identitárias, através de pautas feministas, antirracistas, direitos de diversidade, entre outros.

O segundo aspecto da crise tem a ver com o redirecionamento e a aceleração das modificações nos processos produtivos, alterações requeridas pelo capital antes da eclosão e que, a partir dela, passam a operar com mais intensidade. Para Tonelo essas modificações podem ser caracterizadas pela “erosão do trabalho contratado e regulamentado” (TONELO, 2021, p. 116); criação de organizações “autônomas” de trabalhadores/as, as quais visam agudizar a informalidade e a precarização do trabalho; “o empreendedorismo” como caminho para ocultar o trabalho assalariado (TONELO, 2021, p. 117); e a “degradação do trabalho imigrante em escala global” (TONELO, 2021, p. 117). A tudo isso soma-se “a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, robotização e inteligência artificial que vem transformando as formas de contratação da força de trabalho” (TONELO, 2021, p. 117). A rigor, o aumento da intensidade da exploração do trabalho⁴ por parte do capital pós-crise – levada a cabo pelo incremento tecnológico para aumentar a concentração de riqueza e o controle sobre a força de trabalho – tem entre seus princípios os ditames da indústria 4.0 e a lógica da automação digital, a qual possibilita maior produtividade e a autorresponsabilização do/da trabalhador/a pelos ônus do seu trabalho. E tudo isso é possível através de reformas e ajustes no papel do Estado.

No Brasil, a crise de 2008-2009 teve (e tem) efeitos econômicos, sociais e políticos alguns anos mais tarde, sendo este o seu terceiro aspecto. Diferentemente de determinadas interpretações, não compreendemos que aqui a crise teve sua gênese na forma de guerra híbrida, isto é, por meio da incitação externa de conflitos internos, até sua eclosão. Ao contrário, havia um conjunto de elementos internos⁵ que possibilitaram a interferência externa, a qual teve êxito dada a fragilidade social e política de nossa formação como povo profundamente despolitizado. Foi essa fragilidade que permitiu a derrocada da democracia burguesa e representativa em 2016 e permitiu – não sem resistências – o avanço de uma extrema-direita altamente popular, organizada, que como vimos, impôs ao país um projeto social que penalizou explicitamente a classe trabalhadora. Vale dizer que as alterações no papel do Estado brasileiro – levadas a cabo pelo programa de “reformas de austeridade”⁶ dos governos Temer (2016 a 2018) e Bolsonaro (2019 a 2022), sob o irônico nome de ‘modernização’ – afrouxaram as regras da contratualização entre capital e trabalho, com a adoção de uma relação ainda mais promíscua e exploradora sobre os/as trabalhadores/as. Decorreu disso a institucionalização de um teto de gastos sociais por 20 anos, inviabilizando o investimento público e os direitos sociais; a aprovação do trabalho intermitente; o aumento do tempo de serviço e a elevação da contribuição previdenciária de trabalhadores/as; duas reformas no âmbito educacional alinhadas com as políticas de austeridade⁷, como a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, produzidas com o protagonismo do setor privado. Tais medidas forjaram uma radical precarização do trabalho e da vida, através do que Ricardo Antunes (2020) denomina como “uberização do trabalho” e intensificação do “proletariado de serviços”. A rigor, o fim da proteção social da população pobre e da classe trabalhadora.

Crise social e política

Como expressão da crise de 2008-2009, o Brasil passou, a partir de 2013, a conviver com um processo social novo, embora capitaneado pelas velhas elites nacionais e internacionais. Marina Lacerda (2019) apresenta a ascensão de um novo conservadorismo no Brasil como fenômeno reacionário aos direitos humanos e da diversidade ampliados nos governos Lula II (2007 a 2010) e, principalmente, Dilma I (2011 a 2014). De um lado, setores ligados aos grandes mercados religiosos, agronegócio, parcelas do empresariado e uma fração da classe artística, somados à mídia hegemônica e à alternativa, atuando em conluio com forças internacionais e com respaldo de parte do judiciário. De outro lado, movimentos sociais, partidos, sindicatos, intelectuais, universidades e uma parcela de artistas, em defesa do processo democrático. Ambos os grupos com representação política, embora na prática ela seja desproporcional.

O primeiro grupo, em geral, condensa o descontentamento com as políticas inclusivas e o avanço de pautas históricas, as benesses do pré-sal e os possíveis impactos positivos na sociedade brasileira. O segundo grupo, diverso e contraditório, por vezes difuso

em termos táticos e estratégicos, tem atuado na defesa da ordem democrática, respeito às eleições e a uma agenda amplamente progressista.

Em que pese a necessidade de maior detalhamento desse processo, o que se nota é a nova correlação de forças que marca a trajetória da política contemporânea brasileira, ao ponto de destituir uma presidente da República, alavancando uma extrema direita que, embora seja diversa, aglutina interesses neoliberais e neoconservadores, construindo políticas de austeridade que aceleram a retirada de direitos e atacam a democracia, num verdadeiro golpe institucional. A eleição de Jair Bolsonaro (2018) é entendida aqui como efeito da instabilidade social que promoveu determinado avanço reacionário no país e possibilitou a partir de então a maior inserção do capital internacional na gestão do petróleo brasileiro e, conseqüentemente, nas decisões e nos rumos políticos adotados no país.

Crise pandêmica

A partir de março de 2020, o mundo passou a viver a pandemia de Covid-19, o que exigiu a reorganização da convivência humana em termos radicalmente novos e jamais imaginados para aquele contexto. A pandemia em si já teria potencial para promover estragos enormes na humanidade. Mas no caso brasileiro, ela foi agravada pela postura política e pessoal do então presidente da República⁸, autor de diversas mensagens contra produção científica, vacinas, imprensa, adversários/as políticos/as, outras instituições e poderes, favorecendo o contrasenso e desestabilizando certa harmonia social/nacional tão importante para superar o problema, como alertou Cesar Calejon (2021). O Brasil perdeu mais de 700 mil vidas, e a maioria delas poderia ter sido salva não fosse a negligência do governo Bolsonaro.

Em que pese a centralidade e a especificidade do problema, a crise pandêmica é também expressão da crise do capitalismo. Como tal, guarda relações e semelhanças, sobretudo no que tange à aceleração de processos tecnológicos, como o fomento a mercado tecnoeducativo, educação digital, inteligência artificial, construção de imaginários sociotécnicos, conforme afirmam Saura, Cancela e Adell (2022), e a captura do fundo público para a compra desses produtos, na perspectiva do solucionismo tecnológico para a questão do isolamento social. Na verdade, a crise pandêmica foi uma excelente oportunidade para que o capital introduzisse com maior rapidez os seus produtos e, com eles, novas dinâmicas que gerenciam as relações sociais, o que se constitui, hoje, uma ameaça grave à educação pública, popular e democrática.

Contraditoriamente, a crise do capitalismo – que teve sua inflexão mais evidente desde 2008-2009, com conseqüências econômicas e políticas graves ao país, ao adotar políticas de austeridade contra os direitos sociais e a classe trabalhadora – foi atravessada por uma “síndrome” (CALEJON, 2021), que exigiu um papel ativo do Estado para a mitigação da crise sanitária. Foi justamente nesse tempo que o Plano Nacional de Educação 2014-2025 entrou em vigor e sofreu todas as influências das mudanças políticas e sociais do período, comprometendo seus objetivos e metas.

O processo controverso do PNE 2014-2025: da aprovação à negação

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2025 deve ser analisado no contexto da crise do capitalismo e suas variantes, conforme mencionamos anteriormente. Ele conserva elementos essencialmente característicos do período e por ser, como bem lembram Dourado, Grossi Júnior e Furtado (2019), uma lei que se encontra no “epicentro” das políticas de Estado, ainda é tema de intensos debates em torno da agenda educacional brasileira e do projeto de país que buscamos construir.

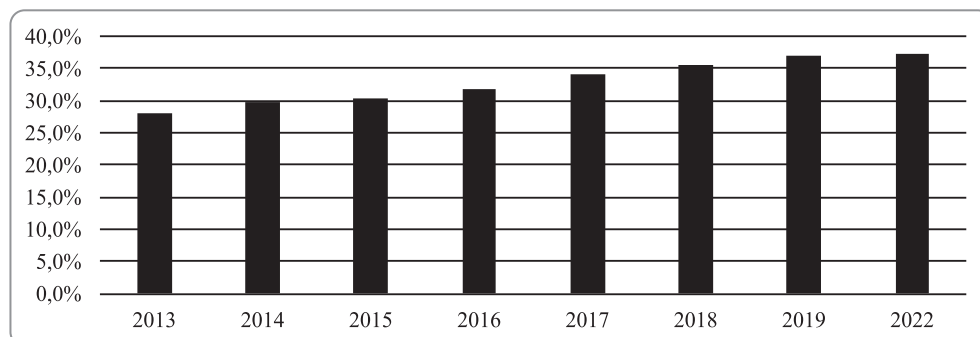
Podemos dizer que, independentemente das causas, os debates sobre o PNE promoveram um atraso, em termos de políticas educacionais, de três anos, o que em certa medida desfavoreceu o governo à época e provocou prejuízos significativos à educação nacional. Foram basicamente dois os pontos conflitivos, sendo o primeiro, e principal, o financiamento para a educação pública, localizado na meta 20. Naquele contexto, as forças empresariais ligadas à educação promoveram uma articulação com parlamentares para que a utilização dos recursos públicos fosse ampliada e contemplasse as empresas educacionais, o que, ao final, a lei não mencionou; mais tardios e como efeito das disputas sociais, os debates relativos a identidade de gênero e educação sexual foram travados nas comissões que analisaram o PNE antes de sua aprovação, numa verdadeira guerra de narrativas e notícias falsas por parte de setores conservadores da sociedade brasileira. Essas ‘bandeiras’ aglutinaram grupos progressistas e conservadores em defesa de suas pautas com explícita adesão parlamentar, ampliando o contexto de polarização em torno do PNE.

Uma vez aprovado, o Plano passou a vigorar na forma da Lei n. 13.005/2014, e sua existência desencadeou uma série de debates locais sobre planos estaduais e municipais de educação. A articulação entre os entes federados para atingir as metas seria importante justamente porque é no âmbito local que a política educacional se concretiza. Mas, infelizmente, os efeitos das polêmicas em nível nacional se multiplicaram nos estados e municípios, criando entraves e retrocessos para a construção dos planos locais e provocando dificuldades para o fortalecimento da educação pública.

Para exemplificar, pincelamos indicadores do PNE tomando por base os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que oferece a compilação das informações para o monitoramento do Plano¹⁰. Devido aos limites do texto, apresentamos algumas informações relativas a indicadores das metas 01, 02, 03, 07, 09, 12, 16, 17, 19 e 20, para demonstrar que até o final do período, as metas do PNE ficaram aquém do planejado. A escolha dos indicadores priorizou aqueles relacionados à educação básica, ensino superior, professores/as, gestão democrática e financiamento.

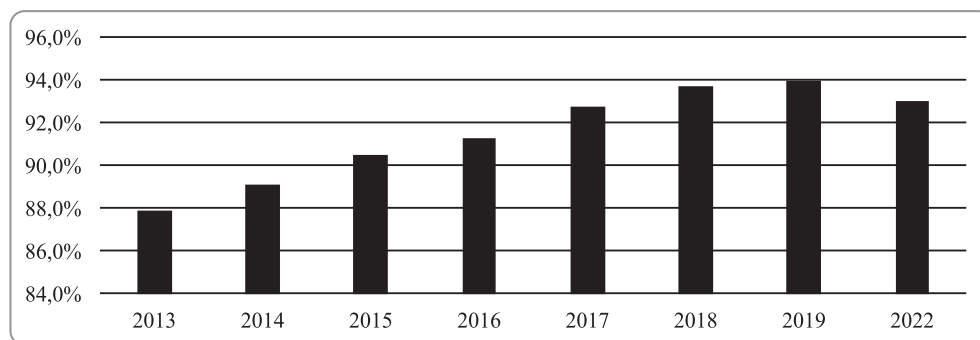
Nos gráficos 01, 02 e 03 expomos percentuais relativos a frequência e presença de crianças e adolescentes em creches e/ou escolas. Se comparados às metas traçadas, percebem-se limites para democratizar o acesso e a permanência desse público.

Gráfico 01: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequentava a escola ou creche – 2013-2019 e 2022. Meta: pelo menos 50% de cobertura dessa população até 2024



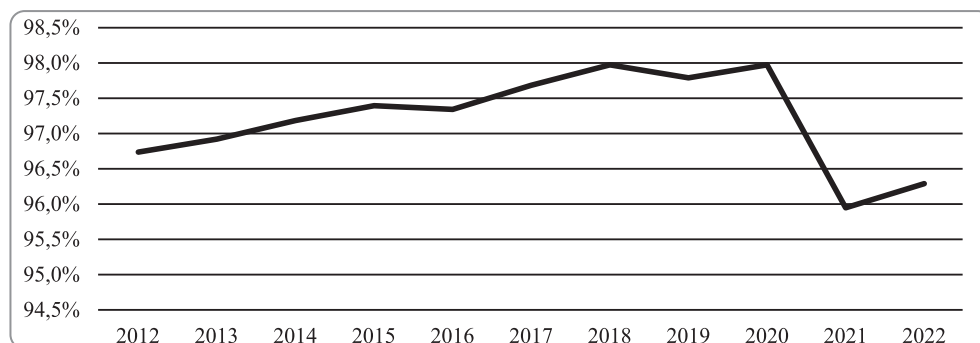
Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 02: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequentava a escola ou creche – 2013-2019 e 2022. Meta: 100% de cobertura até 2016



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 03: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentava ou já tinha concluído o ensino fundamental – 2012-2022. Meta: 100% de cobertura até 2024

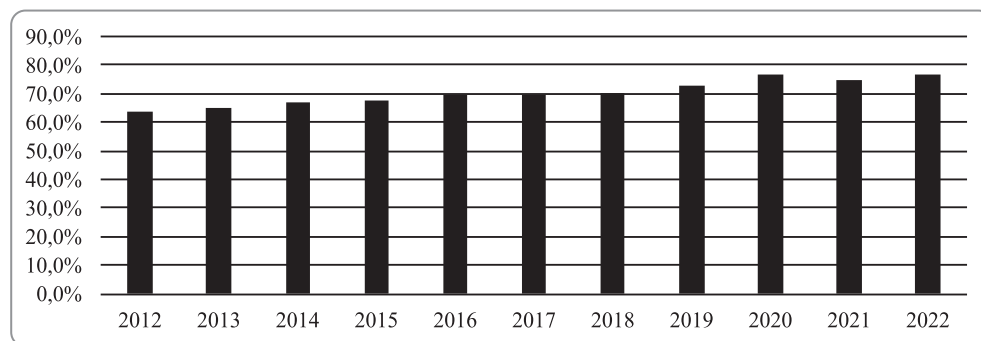


Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Em relação ao acesso a creches para crianças de 0 a 03 anos, os dados mostram que não foram atingidos sequer 40% do público, enquanto a meta almejava 50%. Conforme dados do relatório *A Política de Educação Infantil no Brasil: das garantias legais ao financiamento da oferta pública*¹¹, lançado em 2021, para que a meta fosse alcançada em 2024 seriam necessárias 1.312.592 novas vagas em creches. Por outro lado, após o crescimento percentual da população de 04 e 05 anos frequente em 2019 (correspondente a 94%), houve decréscimo para 93% em 2022, mesmo com a obrigatoriedade de matrícula e a oferta a partir de 2016. Entretanto, chama atenção a queda acentuada da frequência ou conclusão escolar de estudantes de 06 a 14 anos entre 2020 e 2021. Embora o período corresponda à pandemia de Covid-19, o ensino fundamental possui lastro de obrigatoriedade consolidado há mais de três décadas e deveria ter sido priorizado através de políticas suplementares coordenadas pela esfera federal. Mesmo havendo reação positiva a partir de 2022, os impactos devem repercutir nos índices referentes ao ensino médio.

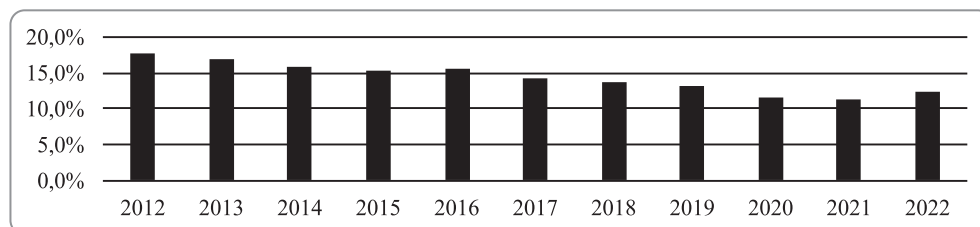
Os gráficos 04 e 05 apresentam o percentual de frequência ou conclusão do ensino médio até 2022 e a taxa de analfabetismo funcional entre pessoas acima de 15 anos, ambos relacionados às metas 03 e 09 do PNE, respectivamente.

Gráfico 04: Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica – 2012-2022. Meta: 85% de matrícula líquida no ensino médio até 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 05: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade – 2012-2022. Meta: taxa de analfabetismo funcional igual ou menor que 9,2% em 2024



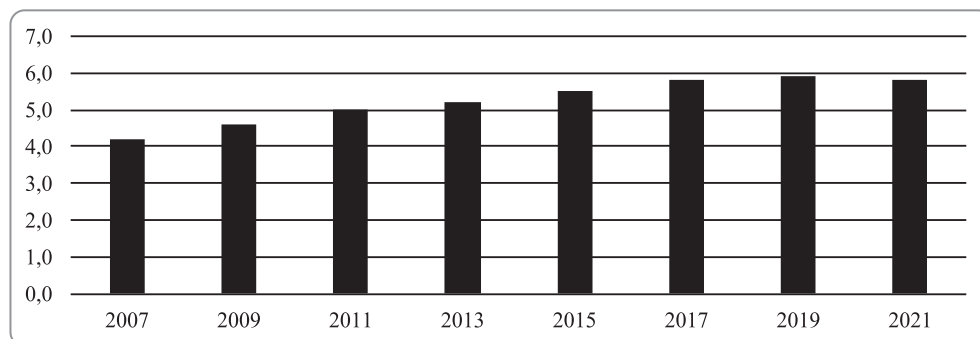
Fonte: Elaborada pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

A meta 03, que vislumbrava a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos até 2016 obteve seu melhor resultado em 2021, quando 95,3% da população lograram frequência ou conclusão da educação básica. Considerando apenas o percentual de matrículas líquidas (gráfico 04), o percentual de jovens entre 15 a 17 anos cai para 76,7% em 2022, demonstrando que a própria reforma do ensino médio não foi capaz de responder satisfatoriamente aos problemas históricos da etapa, o que acaba repercutindo, entre outros aspectos, nos níveis de analfabetismo absoluto e funcional no país. No gráfico 05 pode-se observar que, entre 2016 e 2020, houve significativa redução do analfabetismo funcional entre pessoas com 15 anos ou mais, voltando a crescer em 2022, fazendo-nos crer que a meta de 9,2% não foi alcançada.

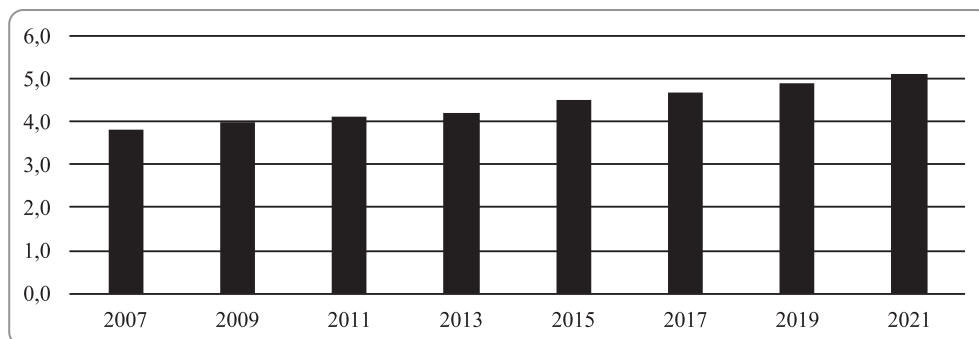
A seguir, destacamos dois indicadores relacionados à meta 07, que trata da qualidade da educação relacionada aos processos de aprendizagem e parametrizada por avaliações em larga escala.

Gráfico 06: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental – 2007-2021

Meta: atingir Ideb 6,0 até 2024



Fonte: Elaborada pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 07: Ideb dos anos finais do ensino fundamental – 2007-2021**Meta: atingir Ideb 5,5 até 2024**

Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

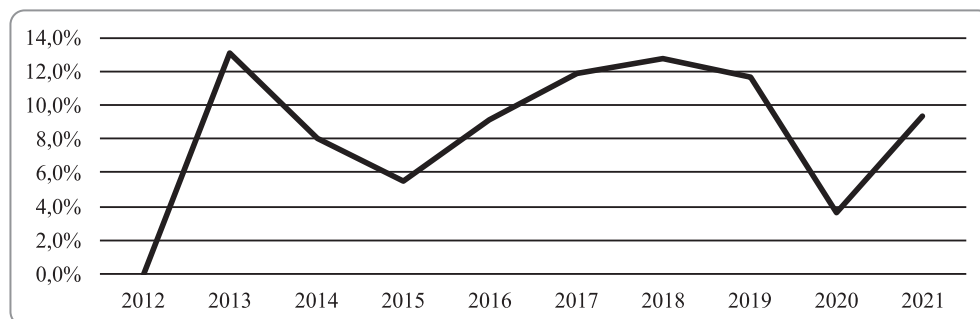
É curioso observar que enquanto as demais metas tiveram em média 12 estratégias para o seu cumprimento, a meta 07 apresentou 36 estratégias. Em sua maioria, alinharam-se ao intento que fundações e institutos empresariais estipularam para a concepção e a execução das políticas públicas voltadas à qualidade, estritamente entendidas como alcance de índices parametrizados em avaliações de larga escala. Isso demonstra, neste balanço, a semelhança com instrumentos de gestão privada e sua adoção no conteúdo do plano. Nos gráficos 06 e 07 observam-se os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb dos anos iniciais e finais do ensino fundamental até 2021. Mesmo com um consolidado aparato avaliativo como condição para atingir a propalada qualidade da educação, criando um ambiente de concorrência na execução da política educacional, podemos notar que em ambos os casos as metas não foram atingidas. Chama atenção a proximidade do cumprimento da meta dos anos iniciais, seguida de abrupta queda em 2021.

Em geral, esses índices têm sido utilizados pelos/as privatistas como justificativa para a adoção de políticas cuja prioridade deveria ser a educação básica, especificamente a educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e o ensino médio, principalmente a sua oferta profissionalizante. Esse raciocínio compreende a política educacional como a sobreposição de ações desconexas que respondam, em primeiro lugar, a resultados que logrem impacto externo, para melhorar a imagem do país no plano internacional.

Os resultados educacionais – tratados pelo setor privado como resultados de aprendizagem – precisam ser planejados em sintonia com o projeto de país que se deseja, o que envolve uma sólida formação escolar em diálogo com a constituição de amplos espaços de participação popular. Sobre esse aspecto, há de se considerar o papel estratégico das instituições públicas de ensino superior que no Brasil cumprem função decisiva na produção e socialização científica do conhecimento. O gráfico 08 demonstra que

a participação das instituições públicas na expansão das matrículas em nível superior ficou aquém das metas traçadas (40%). Pode-se observar que entre 2015 e 2017 houve um crescimento de matrículas, seguido de forte queda entre 2018 e 2019; houve elevação do número de matrículas no setor público a partir de 2020, mas insuficiente se relacionada à meta estabelecida.

Gráfico 08: Participação do segmento público na expansão de matrículas em relação a 2012-2013-2021. Meta: pelo menos 40% das novas matrículas de graduação no segmento público até 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

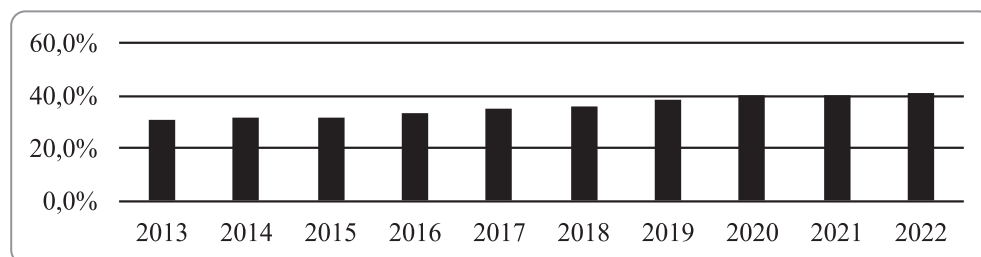
Além disso, o monitoramento do PNE dispõe dos números de matrículas em instituições públicas e privadas no país. Enquanto as instituições públicas participaram com 2.078.661 (9,3%) matrículas em 2021, a iniciativa privada contou com 6.907.893 (90,7%) no mesmo ano, com maior crescimento da modalidade Educação a Distância – EaD nas instituições privadas¹², o que demonstra a verdadeira face da privatização do ensino superior brasileiro. O impacto é mais evidente se analisamos a relação público x privado na formação de professores/as de nível superior.

Conforme os dados do Censo do Ensino Superior¹³ houve em 2022 um total de 1.669.911 matrículas em cursos de licenciatura no país, sendo 571.929 em instituições públicas e 1.097.982 em instituições privadas. Considerando apenas os vínculos de estudantes em instituições privadas, 966.645 matrículas foram feitas na modalidade EaD; isto é, de acordo com o dado mais recente, 88% da formação docente do Brasil têm sido realizados pela iniciativa privada e a distância. Há de se considerar como elementos fundamentais que estruturam a precarização e a privatização da formação de professores/as no país as políticas de fomento ao financiamento estudantil, especialmente o Prouni e Fies¹⁴.

Em relação a formação continuada de professores/as, rendimentos e gestão democrática, os gráficos 09, 10 e 11 apresentam percentuais abaixo das metas projetadas. Como observa-se, menos de 50% dos/das docentes em exercício realizaram cursos de formação continuada (2022); 82,2% dos/das professores/as apresentaram rendimentos equiparados

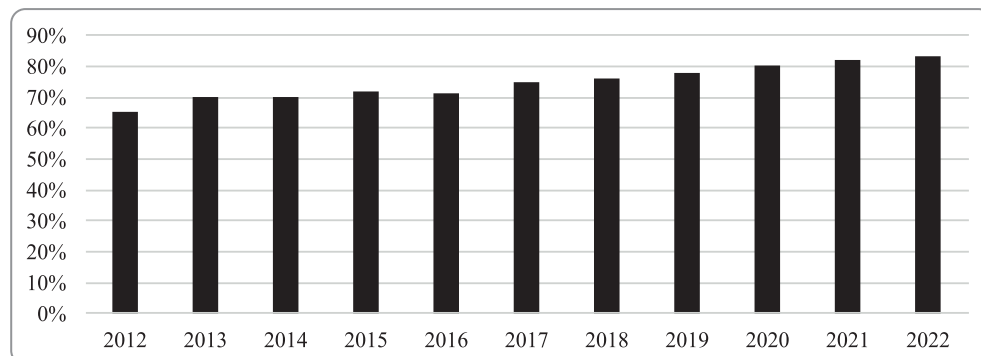
ao salário de outros/as profissionais com mesma escolaridade (2022); e apenas 7,5% das escolas realizaram eleições de seus/suas representantes com a participação da comunidade escolar e segmentos interessados (2022).

Gráfico 09: Percentual de professores/as da educação básica que realizaram cursos de formação continuada – 2013-2022. Meta: 100% dos/das profissionais da educação básica com cursos de formação continuada até 2024



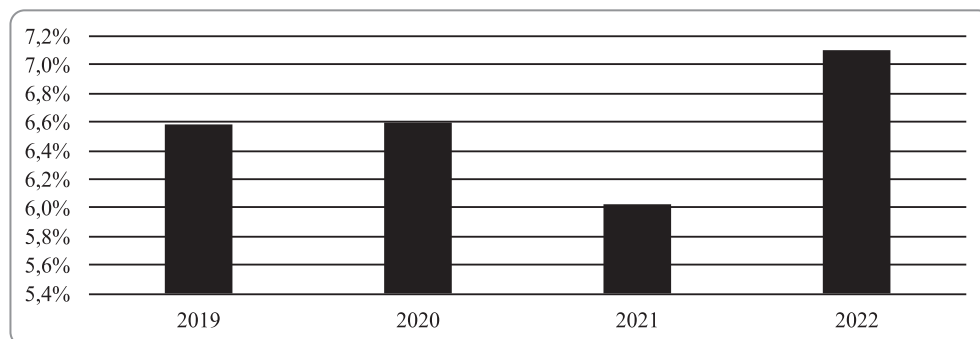
Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 10: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos/das profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos/das demais profissionais assalariados/as, com o mesmo nível de escolaridade – 2012-2022. Meta: equiparação salarial de 100%



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Gráfico 11: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores/as por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar – 2019-2022. Meta: 100% das seleções de diretores/as por meio de eleições e critérios técnicos de mérito e desempenho



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Os dados expressos nos gráficos relacionam-se diretamente com a vida escolar através de espaços democráticos da gestão ou qualificação e valorização de docentes. Nesse sentido, ao descumprir as metas o poder público acena para a materialização de uma política educacional que, embora tenha solavancos esporádicos e circunstanciais, tende a negar as condições adequadas de trabalho para gestores/as e docentes. Chama atenção o vácuo na formação continuada de professores/as no período analisado, mesmo frente a duas importantes reformas educacionais (Base Nacional Comum Curricular e Ensino Médio) que, a rigor, deveriam proporcionar um grande envolvimento de docentes na elaboração e execução das políticas.

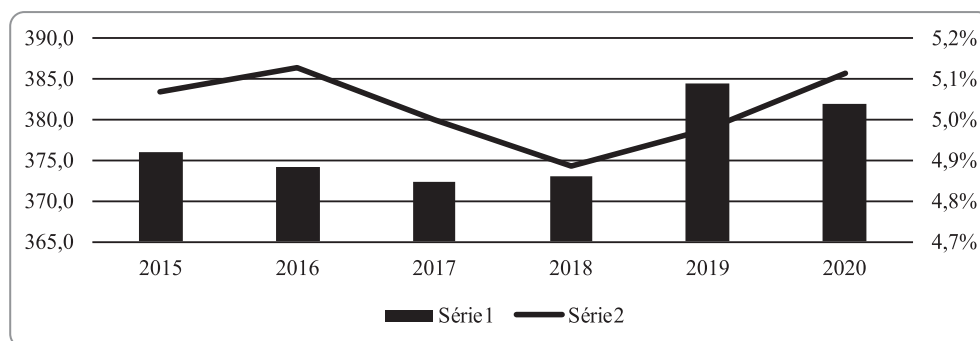
Por outro lado, é sintomático que num país com 178.370 escolas (2021) apenas 13.377 (7,5%) contem com a participação das comunidades para a escolha de seus/suas dirigentes. Em que pese o aumento de escolas cívico-militares, as quais, reconhecidamente, não valorizam processos democráticos, o descumprimento da meta explicita o caráter pouco democrático na condução das políticas educacionais locais, materializadas nas indicações políticas particularizadas a despeito da participação popular.

Considerando as diferentes polêmicas relacionadas ao PNE, talvez a mais significativa seja aquela que estipulou 7% do Produto Interno Bruto – PIB para a educação pública até 2019 e 10% do PIB até o final do plano; é a meta 20, que trata do financiamento. Além das disputas em torno do fundo público entre o setor privado e grupos/movimentos em defesa da educação pública, a meta foi impactada por consequências da crise econômica, da Emenda Constitucional n. 95, que limitou os investimentos sociais à inflação e, mais recentemente, a Lei Complementar n. 200/2023, que instituiu o regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica¹⁵. Se cumprido à risca, o regime ameaça

os pisos constitucionais da saúde e da educação. No fundo, as políticas de austeridade adotadas no Brasil promoveram impactos negativos, inviabilizando o financiamento de estratégias previstas no plano e, conseqüentemente, inviabilizando o avanço na superação de problemas da área educacional.

Gráfico 12: Gastos públicos com Educação Pública (em R\$ bilhões) – 2015-2020

Meta: gasto público com educação pública de 7,0% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras e o autor com base nos dados do Inep, 2024.

Com base nas despesas executadas ligadas ao executivo federal, disponíveis no Portal da Transparência¹⁶, em 2022 foram realocados em educação aproximadamente R\$ 109 bilhões, contemplando os diferentes níveis da educação nacional. Sem dúvida, isso se deve à participação maior da União na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, reformulado em 2020. Agora permanente, caso não haja retrocessos, o Fundeb permite a ampliação do financiamento educacional para a educação básica, viabilizando principalmente uma justa remuneração aos/as professores/as.

Para além das metas estipuladas e (praticamente) descumpridas¹⁷, o PNE 2014-2025 vislumbrou a instituição do Sistema Nacional de Educação a partir de uma concepção de funcionamento do federalismo, reservando autonomia relativa aos estados e municípios e mantendo a coordenação da política educacional no MEC, suas instituições, fóruns nacionais, estaduais e municipais de educação. O entendimento de sistema nacional de educação que está contido no PNE abarca a ideia de funcionamento do regime de colaboração, priorizando a obrigatoriedade da educação básica de 4 a 17 anos e, conseqüentemente, ampliação dos recursos financeiros para custear a propalada educação de qualidade.

Para nós só haverá sistema nacional de educação quando forem enfrentadas as questões estruturais da vida escolar e educacional brasileira, como a qualificação das condições de trabalho docente (salário, carreira, carga horária, formação), que geram as desigualdades educacionais. Em que pese a menção que o PNE fez ao problema em suas

metas 17 e 18, não nos parece suficiente que 12 frágeis estratégias possibilitassem seu alcance, o que parece ter embasamento real, pois o balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação¹⁸ denuncia não só o descumprimento, mas o retrocesso das condições salariais e planos de carreira tratados no plano.

Ademais, ao longo do decênio, e principalmente após a pandemia de Covid-19, temos percebido a ampliação da compra de serviços educacionais privados – sejam formações, plataformas, materiais didáticos etc. – por parte dos governos municipais, estaduais e federal. Devido à excepcionalidade provocada pela pandemia, os recursos públicos da educação têm sido drasticamente canalizados para a aquisição de plataformas que introduzem metodologias digitais enquanto tecnosolucionismo, cuja justificativa é, na maioria das vezes, ‘democratizar’ o acesso ao ensino. Compreende-se que a captura do orçamento por parte de setores do empresariado educacional, como já ocorre, coloca em risco o caráter público da educação, não mais só em termos de conteúdo – como ocorre com a BNCC – mas em sua forma de acesso e permanência, o que induz à desintelectualização dos/das professores/as, de acordo com Marta Nörnberg (2020)¹⁹.

Considerações finais: riscos ao próximo PNE

Em nosso país as últimas décadas foram marcadas por um conjunto de contradições sociais, as quais descrevemos anteriormente. Entre elas, destacamos a deflagração de um fenômeno novo e que é expressão da crise capitalista que, no Brasil, foi materializada sob formas muito particulares. Trata-se da construção de uma nova direita, concomitante à ascensão de uma extrema direita, articulando três tendências: traços históricos das elites econômicas nacionais que agregam cada vez mais força política, dado seu poder de classe e a relação dependente com a burguesia internacional; economicamente neoliberais, traduzem essa postura no empobrecimento da classe trabalhadora, adotando políticas de concentração da riqueza, ampliando os processos de superexploração da força de trabalho e inviabilizando quaisquer alternativas a esse modelo de desenvolvimento; e neoconservadora, assume para si – através de grupos evangélicos, monarquistas etc. – a necessidade de controlar moralmente os indivíduos, decidindo seus destinos e escolhas pessoais.

Essa nova direita, como menciona Flavio Casimiro (2018), já não mais atua de forma fragmentada, mas tem constituído uma ação estrutural na reconfiguração das funções do Estado, provocando atualmente silenciosas modificações nas instituições democráticas e exercendo na prática o papel de aparelhos privados de hegemonia. Embora a nova direita brasileira esteja entre os grupos que mais ameaçam a nossa democracia e, por conseguinte, a classe trabalhadora, no atual estágio de desenvolvimento sua ação pode ser verificada através de alguns discursos, narrativas e práticas gerencialistas ocupando

espaços de decisão política nos diferentes níveis do Estado, o que coloca em risco a próxima quadra histórica educacional e o próximo PNE.

Como educadores/as e militantes pelo direito à educação, é preciso frear a atuação da patrulha empresarial sobre a educação, a qual tem se manifestado de diferentes formas e que, ao fim e ao cabo, toma a educação pública como meio para fomentar seus negócios. Como exemplo, lembramos que em 24/04/2024, atendendo ao requerimento n. 127/2024 da senadora Professora Dorinha, o Senado Federal promoveu uma sessão de debates²⁰ sobre o atual e o próximo PNE. Na ocasião, diversas instituições tiveram oportunidade para explanar seus posicionamentos, sendo a maioria delas ligadas ao mercado empresarial de educação, com posturas explicitamente alinhadas às aspirações dos organismos internacionais.

Então, se o próximo PNE for a síntese das aspirações empresariais representadas pelos pronunciamentos dessa sessão, podemos dizer que será radical na focalização das ações, sendo uma lei que obedecerá a regra que impõe “poucas metas e estratégias para que seja exequível” (CRUZ, 2024). A ideia é enxugar os objetivos a fim de realizar um monitoramento mais efetivo da execução. O risco, como se sabe, é simplificar a complexidade dos problemas educacionais a poucas metas e estratégias e impor um modelo de planejamento baseado em prioridades próprias do mundo empresarial, que valora suas escolhas visando ter mais e melhores resultados com menos recursos empregados. Também é dada como concluída a discussão sobre a reforma do ensino médio e a BNCC. Assim, as prioridades a serem definidas, segundo a tônica do discurso empresarial, incluem da primeira infância até a alfabetização e a valorização dos/das professores/as. Contudo, em relação a essa última prioridade, os discursos não acenam com práticas efetivas.

É importante lembrar que, diferentemente dos discursos empresariais que ganham unidade às vésperas do novo plano, o descumprimento do PNE 2014-2025 teve, entre suas causas, o negligenciamento do poder público que, sobretudo após 2016, adotou abertamente políticas de austeridade que inviabilizaram as ações que deveriam fortalecer a educação pública, bem como a ascensão da extrema direita em espaços de poder que, na prática, ignorou a existência do PNE. Portanto, é ideológico o argumento que credita à dificuldade de monitoramento os limites encontrados na execução do plano. Contudo, o alinhamento discursivo dos grupos privados ligados à educação parece ser um risco que se impõe ao caráter público e democrático do próximo PNE.

Para além dos embates internos, há de se considerar os movimentos mais amplos, que correspondem às tendências impostas pelas dinâmicas inerentes ao capitalismo. Nesse sentido, destacam-se aqui dois documentos publicados por organismos internacionais, os quais condensam o que Saura, Cancela e Adell (2022) denomina de “imaginários sociotécnicos da educação”, promovendo a construção discursiva acerca do futuro educacional condicionado à questão tecnológica. O primeiro documento, denominado *Reimaginar nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação*, publicado pela UNESCO em 2022, diz:

A educação apoia a criação de bem-estar econômico de longo prazo para os indivíduos, suas famílias e suas comunidades quando adota uma visão ampla que olha para o mundo do trabalho formal e assalariado e vai muito além. A flexibilidade diante de futuros incertos de emprego deve ser incorporada ao novo contrato social para os futuros da educação (UNESCO, 2022).

O segundo documento, produzido pelo Fundo Monetário Internacional – FMI em 2020, por ocasião do Fórum Econômico Mundial, denominado *Escolas do Futuro: definindo modelos de educação para a quarta revolução industrial*, argumenta acerca da centralidade da aprendizagem de habilidades e competências socioemocionais em detrimento dos conhecimentos acumulados historicamente:

As crianças devem estar preparadas para se tornarem contribuintes produtivos das economias futuras e cidadãos responsáveis e ativos nas sociedades futuras. A concretização dessa visão exige que as crianças sejam equipadas com quatro conjuntos de habilidades principais: 1) Cidadania global; 2) Inovação e criatividade; 3) Tecnologia; e 4) Habilidades interpessoais. Embora sejam essenciais para atender às necessidades emergentes mais urgentes, os sistemas educacionais também devem implementar mecanismos ágeis para adaptação de habilidades para garantir que permaneçam orientados para o futuro (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2020, p. 07).

Podemos perceber que há uma narrativa empenhada na projeção de um futuro incerto, que exigirá da educação a preparação de sujeitos/as aptos/as a enfrentar as adversidades (contradições, desigualdades, pobreza, desemprego) e a depender cada vez mais de si, individualmente. De modo específico, esse discurso endossa iniciativas que buscam ‘modernizar’ a educação como adaptação às exigências dos novos tempos, o que se traduz na adesão ao mundo tecnológico e seus “tecnosolucionismos” (SAURA, CANCELA e ADELL, 2022) educacionais.

Neste período pós-pandemia de Covid-19, tem se fortalecido o discurso em torno da adesão às soluções tecnológicas como caminho sem volta, a exigir de governantes uma atuação de vanguarda a fim de colocar seus países na nova rota do desenvolvimento. No Brasil, convivemos com algumas iniciativas concretas que defendem esse encaminhamento, como é o caso do Centro de Inovação para a Educação Brasileira, fruto da atuação da Fundação Lemann, Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Unibanco e Instituto Natura; e, também, da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, lançada em 2021. Ambas as iniciativas expressam o contexto em que as forças do capital operam para projetar um imaginário hegemônico de futuro e, ao mesmo tempo, apresentar-se como solução para concretizá-lo, inclusive ganhando espaço em grupos de trabalho responsáveis para a implantação dessas estratégias, caracterizando uma verdadeira governança corporativa para atender aos interesses de mercado, como apontam Fátima Cossio e Susana Scherer (2019).

Nessa linha, a Microsoft Education publicou um estudo próprio, com estudantes e professores/as, apresentando a seguinte análise:

As habilidades socioemocionais fornecem aos alunos a perspectiva e a flexibilidade necessárias para funcionar em alto nível, mesmo quando confrontados com incerteza, mudança, pressão, estresse e outros desafios profissionais e da vida. Isso é importante, porque a mudança e a incerteza serão cada vez mais difundidas para a escola em 2030. As tendências indicam que o estudante de 2030 mudará de emprego com mais frequência do que qualquer geração anterior, pois em quase todos os setores, o impacto das mudanças tecnológicas e outras encurtará a vida útil dos conjuntos de habilidades existentes. (MICROSOFT, s/a, p. 11)

Em vista disso, parece que as lutas em torno do próximo PNE precisam estar calcadas em um futuro educacional que solucione os antigos e estruturais problemas do presente e, principalmente, dialogue com as necessidades concretas e objetivas da realidade brasileira. Para isso será fundamental acirrar a disputa de narrativas e lutas travadas por diversos movimentos sociais e organizações de classe.

Para que não haja retrocessos e não seja tomado de assalto como o atual, a construção do próximo PNE público, democrático, popular e anticapitalista precisará da articulação radical das forças sociais que defendem a educação pública, num esforço de construção de unidade política através da elaboração de uma agenda coletiva que denuncie a privatização da educação pública e seus/suas sujeitos/as (do currículo à formação docente, da gestão ao financiamento), principalmente na educação básica, ao mesmo tempo em que radicalize o controle público e social do espaço escolar e seus processos de democratização contra a influência privada.

Recebido em: 07/05/2024; Aprovado em: 27/05/2025.

Notas

- 1 Embora o Plano Nacional de Educação tenha duração decenal, a lei n. 14.934/2025 determinou a ampliação do período até 31 de dezembro de 2025.
- 2 Como critério estipulamos as metas que não foram atingidas ao longo da vigência do PNE 2014 – 2025, bem como a prioridade, em sua maioria, para aquelas destinadas à educação básica.
- 3 Saura, Cancela e Adell (2022) referem-se aos mercados operados a partir do protagonismo de *big techs* especializadas no fornecimento de mercadorias que apresentam soluções digitais e tecnológicas para a educação.
- 4 Com base na Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2005) para entender a formação social dos países da América Latina, como é o Brasil, pode-se dizer que a superexploração da força de trabalho e a intensificação da transferência e da concentração de valor para as economias centrais do capitalismo tornam a crise ainda mais severa.

- 5 Para Ruy Marini (2005) é justamente a relação da dependência que constrói mecanismos internos devidamente articulados com os externos. Isso se dá a partir de uma relação dialética entre as relações nacionais e internacionais que, em sua totalidade, condicionam as economias subservientes ao imperialismo, causando um efeito para todas as dimensões da vida social.
- 6 Recentemente Clara Mattei (2023) publicou a obra *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Adotada como medida de controle das funções sociais do Estado por meio da contenção de investimentos públicos, bem como a restrição dos direitos da classe trabalhadora, Mattei entende austeridade como um estágio superior do neoliberalismo, onde se criam condições para o avanço da extrema direita. As eleições de Jair Bolsonaro (2018) no Brasil e Javier Milei (2023) na Argentina parecem endossar essa chave de interpretação.
- 7 O alinhamento das reformas educacionais com a austeridade está circunscrito tanto na formulação das políticas (BNCC e Reforma do Ensino Médio) por parte de fundações empresariais interessadas no conteúdo educacional destinado à formação de sujeitos/as capazes de assimilar as mudanças no mundo do trabalho em um contexto de crise, quanto na pressão pela diminuição de gastos públicos com a educação, indicando a possibilidade de compartilhar a responsabilidade com o setor privado, conforme preconizam alguns itinerários formativos na reforma do ensino médio.
- 8 Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018 para o cargo de presidente da República, período de 2019 a 2022.
- 9 O autor compreende que o período pandêmico, acrescido de uma política socioeconômica restritiva, com posturas explicitamente negacionistas, convergem em uma sindemia.
- 10 Painel de Monitoramento do PNE disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- 11 Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/sintese_live_relatorio_MIEIB_Campanha_Fineduca_CLADE_2021_06_10.pdf#page=18&zoom=100,109,621. Acesso em: 02 maio 2024.
- 12 Segundo o monitoramento do PNE, essas instituições tinham 933.226 matrículas (2012) e alcançaram a marca de 3.544.149 (2021), chegando a um crescimento de 134% no período.
- 13 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 03 maio 2024.
- 14 Em recente tese publicada, Maciel (2021) apresenta os impactos das políticas de financiamento estudantil em relação à expansão do ensino superior público. Segundo o autor, enquanto as remessas de investimentos têm decrescido desde 2011 – com maior incidência em 2015 – os valores destinados a Prouni e Fies aumentaram desde 2003, chegando a 2019 com elevação acima de 630%.
- 15 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37553820>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- 16 Disponível em: <http://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?anos=2022>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- 17 A Campanha Nacional pelo Direito a Educação estimou que até o final de 2024 poucos indicadores do PNE (04) teriam sucesso, comprometendo os objetivos do Plano. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2023/06/20/plano-nacional-de-educacao-tem-90-das-metas-nao-cumpridas-aponta-balanco-do-pne-2023/>. Acesso em: 01 maio 2024.
- 18 Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2023/06/20/plano-nacional-de-educacao-tem-90-das-metas-nao-cumpridas-aponta-balanco-do-pne-2023/>. Acesso em: 01 maio 2024.
- 19 O processo de desintelectualização está ligado à retirada do controle de professores/as na definição dos conteúdos, abordagens metodológicas, recursos didáticos, planejamento e avaliação dos processos educativos que ocorrem na escola. Com as reformas educacionais atuais, os/as docentes cumprem função meramente operacional, cada vez mais limitada ao ato de ensino em sala de aula.
- 20 A sessão de debates encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRGcq27RpIA>. Acesso em: 04 maio 2024.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? *Laborare*, v. 3 n. 4, p. 6–14, jan./jun. 2020.
- BRASIL. *Painel de Monitoramento do PNE*. Brasília. S.I. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 24 abr 2024.
- CALEJON, Cesar. *A tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- CASIMIRO, Flavio. *A Nova Direita: aparelhos de ações política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CÓSSIO, Fátima & SCHERER, Susana. Governança em Rede e Parcerias Público-Privadas em Educação no Estado do RS. *Contrapontos*. Itajaí, v. 19, n. 2, jan-dez, 2019.
- CRUZ, Priscila. Senado faz sessão de debates temáticos para avaliar o Plano Nacional de Educação. *Youtube*, 24 de abril de 2024. 36min01s. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=yRGcq27RpIA> > Acesso em 04 maio 2024
- DOURADO, Luiz Fernandes; GROSSI JUNIOR, Geraldo; FURTADO, Roberval Ângelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, 2016.
- FRASER, Nancy. O fim do neoliberalismo “progressista”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 jan. 2017, s/p.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Escolas do futuro: definindo novos modelos de educação para a quarta revolução industrial*. 2020. Disponível em <https://www.weforum.org/publications/schools-of-the-future-defining-new-models-of-education-for-the-fourth-industrial-revolution/> Acesso em 05 mai 2024.
- HARVEY, David. *O enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- MACIEL, Paulo Henrique Freitas. *Contradições da expansão do ensino superior brasileiro por meio do Reuni, Fies e Prouni*. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/62078/3/2021_tese_phfmaciel.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In. TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTEI, Clara. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MICROSOFT. *A classe de 2030 e o aprendizado pronto para a vida: o imperativo da tecnologia*. 2019. Disponível em <https://acesse.dev/aclass2030eaprendizadoprontoparaavida>. Acesso em: 04 out. 2023.
- NÖRNBERG, Marta. Políticas conservadoras e (des) intelectualização da docência. *Ponta Grossa: Práxis Educativa*, v. 15, p. 1–14, 2020.

SAURA, Geo. CANCELA, Ekaitz. ADELL, Jordi. ¿Nuevo keynesianismo o austeridad inteligente? Tecnologías digitales y privatización educativa pos-COVID-19. *Education Policy Analysis Archives*, Arizona, v. 30, n. 116, p. 1-27, 2022.

TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move*: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/ISKRA, 2021.

UNESCO. *Reimaginar nosso futuro juntos*: um novo contrato social para a educação. 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 03 out. 2023.